

A AUSÊNCIA PATERNA E SEUS ECOS NA DÍADE MÃE-BEBÊ

THE ABSENCE OF THE FATHER AND ITS ECHOES IN THE MOTHER-INFANT
DYAD

Eixo Temático: Desenvolvimento Infantil e Ambientes Saudáveis: Da Teoria à Prática.

Carliane Mendes de Oliveira

Mestra em Psicologia Clínica pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR)
(<https://orcid.org/0000-0003-1183-4783>)

Mariana Colares dos Santos Linard

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Christus (Unichristus)
(<https://orcid.org/0009-0000-9226-0528>)

Ana Beatriz Silva de Oliveira

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Ari de Sá (UNIARI)
Orcid ID do autor (<https://orcid.org/0009-0001-5382-0737>)

RESUMO

Introdução: A relação mãe-bebê é a primeira estrutura humana que nos insere enquanto tal, é através do banho de linguagem ofertado pela mãe que se torna possível posteriormente adentrar na cultura. Assim, essa díade se mostra fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento do bebê, garantindo cuidado, afeto e integração ao meio familiar e ao mundo. Tamanho trabalho precisa de um suporte que dê sustentação para essa realização, essa seria a função paterna. Esta é essencial para, dentre tantos fatores, o rompimento da simbiose entre mãe e bebê, delimitando a separação dos dois em sujeitos independentes na sociedade, favorecendo a diferenciação e a segurança de ambos. **Objetivo:** Analisar as implicações da ausência de figura paterna na díade mãe-bebê, tanto pelo ponto de vista materno da sobrecarga do papel feminino, quanto pelo viés da formação do indivíduo e seus desdobramentos. **Metodologia:** A Psicanálise propõe uma forma singular de pesquisa, que considera o leitor como terceiro essencial no processo. O método parte do inconsciente e da lógica subjacente às relações, destacando a repetição como indício estrutural. Este manuscrito adota vinhetas clínicas para abordar a ausência paterna, por permitirem intervenções mais precisas e conexões com outros casos e também com a literatura disponível. **Resultados e Discussão:** Ficou evidente com a exemplificação dos casos e a correlação teórica, as consequências emocionais, psicossociais e cognitivas da ausência paterna, tanto para as crianças quanto para as mães. Além disso, percebeu-se as possíveis raízes da ausência paterna pelo ponto de vista dos pais e da construção sociohistórica do papel de pai. **Considerações Finais:** Destarte, a ausência paterna impacta o comportamento infantil e leva a criança a cobrar da mãe a função paterna. São necessários mais estudos para entender como amenizar esse impacto no nível individual e social.

PALAVRAS-CHAVE: Díade Mãe e bebê. Função Paterna. Psicanálise. Desenvolvimento Infantil.

ABSTRACT

Introduction: The mother-infant relationship is the first human structure that inserts us as such; it is through the bath of language offered by the mother that it later becomes possible to enter culture. Thus, this dyad proves fundamental for the baby's survival and development, ensuring care, affection, and integration into the family environment and the world. Such work requires support that provides the foundation for its realization, which would be the paternal function. This is essential for, among other factors, breaking the symbiosis between mother and baby, delimiting their separation as independent subjects in society, and favoring differentiation and security for both. **Objective:** To analyze the implications of the absence of a paternal figure in the mother-infant dyad, both from the maternal perspective of the overload of the female role and from the viewpoint of the individual's development and its consequences. **Methodology:** Psychoanalysis proposes a unique form of research, which considers the reader as an essential third party in the process. The method is based on the unconscious and the underlying logic of relationships, highlighting repetition as a structural indication. This manuscript adopts clinical vignettes to address paternal absence, as they allow for more precise interventions and connections with other cases as well as with the available literature. **Results and Discussion:** The exemplification of cases and the theoretical correlation made evident the emotional, psychosocial, and cognitive consequences of paternal absence, both for children and for mothers. In addition, possible roots of paternal absence were identified from the fathers' perspective and from the socio-historical construction of the paternal role. **Final Considerations:** Therefore, paternal absence impacts child behavior and leads the child to demand the paternal function from the mother. Further studies are needed to understand how to mitigate this impact at both the individual and social levels.

KEYWORDS: Mother-Baby Diade. Paternal Function. Psychoanalysis. Child Development.

1 INTRODUÇÃO

“Todo homem ou mulher que tenha o sentimento de ser uma pessoa no mundo, e para quem o mundo tenha algum significado, toda pessoa feliz tem um débito infinito com uma mulher.” (Winnicott, 1957/2021, p. 147). A relação mãe-bebê possibilita que o bebê humano vingue no mundo. É através do afeto, do banho de linguagem e do cuidado para além da satisfação de necessidades básicas, como a alimentação, que a mãe estrutura um sujeito para o caminho da vida adulta, tornando-o capaz de se conectar a outras pessoas no mundo posteriormente.

A função materna no início da vida do infante é a de fornecer suporte para que ele consiga desenvolver sua capacidade de garantir a própria sobrevivência, uma vez que sem ele dificilmente o bebê conseguiria passar pelos primeiros meses de vida. Essa função é o marco

da sobrevivência e portanto, extremamente desgastante para quem a desempenha sozinha. O impasse circunda na seguinte questão: Se a mãe estrutura o bebê, quem estrutura a mãe? O bem-estar da criança e da mãe, bem como a qualidade do vínculo estabelecido por eles, são influenciados por aspectos diversos que não se restringem a díade, o papel ocupado pelo pai ou aqueles que desempenham a função paterna também afetam de forma significativa a qualidade dessa relação (Branco, 2008).

Para a teoria psicanalítica, a função paterna é responsável pela ruptura simbólica da simbiose mãe-bebê. Estar com uma criança nos seus primeiros meses de vida envolve níveis de contato e cuidado que fazem com que ambos os corpos presentes nessa relação pareçam um só, visto que o infante demora para se entender como um ser separado de seu cuidador principal, que na maioria das vezes é a mãe. De acordo com Branco (2008), o pai atua como um limite na relação mãe-bebê, sendo responsável por tornar claro que o bebê não pode preencher totalmente o desejo de sua mãe e nem ela consegue satisfazer as necessidades do bebê por completo. Essa falta é estruturante para que ambos possam desbravar o mundo, buscando preencher-se de outras formas.

A função paterna seria, então, tudo aquilo que diferencia e separa a mãe do seu bebê, sendo ela a responsável por oportunizar a passagem do mundo da família para a sociedade (Corneau, 1991 *apud* Benczik, 2011). Dessa forma, ela atua como essencial para o desenvolvimento, sendo responsável por impor limites e regras, enquanto figura de autoridade que representa a lei (Aquino *et al.*, 2024). Vale destacar que as funções descritas nem sempre serão realizadas pelos pais e mães idealizados pelo patriarcado e pela cisheteronormatividade ainda presentes na sociedade, podendo ser exercidas por figuras distintas e em formatos de família diversos.

No Brasil hodierno, as famílias assumem formatos distintos, aspectos como mudanças nas relações de gênero, parentesco e relações etárias têm proporcionado modificações nas configurações familiares, bem como nos valores e nas expectativas atribuídas à categoria família (Silva e Neves, 2023). Nesse sentido, vale destacar a existência de famílias monoparentais chefiadas por mulheres como uma realidade que se presentifica há décadas. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas em 2022, revelou que, no Brasil, cerca de 11 milhões de mulheres criam sozinhas os filhos (Praser, 2023). Ainda no mesmo ano, o GloboNews apurou por meio do Portal da Transparência do Registro Civil, que existem mais de 110.716 certidões de nascimento sem o nome do pai (Barros e

Arcoverde, 2023). No mais, Silva (2021 *apud* Aquino *et al.*, 2024) destaca que a ausência paterna pode ocorrer mesmo quando o pai se faz presente na vida da criança a nível financeiro, assim, a ausência aqui compreendida está relacionada não apenas a ausência de suporte financeiro e emocional a mãe, mas também a falta de vinculação com a criança, que se dá pela via emocional e no não cumprimento do seu papel enquanto uma figura de autoridade.

Considerando a realidade brasileira e como ela se apresenta no fazer clínico do profissional de psicologia no Brasil, é fundamental uma compreensão da manifestação das consequências da ausência de figura paterna na vida do infante. Esta ausência se manifesta tanto de forma concreta, como evidenciado acima, quanto pelas repercussões da substituição desse papel por outros personagens, como tios, avós e irmãos mais velhos. Soares (2021 *apud* Aquino *et al.*, 2024) aponta que a ausência de figura paterna pode levar a consequências como a sensação de abandono, dificuldade no estabelecimento de limites e na introjeção de regras sociais, levando a criança a criar fantasias acerca dessa falta.

A partir desse viés, e entendendo que a ciência e a clínica preenchem-se mutuamente, foram feitas reflexões em cima de dois casos atendidos no contexto de psicologia clínica que se entrelaçam com a teoria de maneira que se amparam mutuamente, onde a vida comprova a teoria e a teoria embasa a vida. Assim, a proposta é trazer evidências das consequências nos comportamentos das crianças, seja pela birra, pela autocobrança ou pela sobrecarga materna em função da ausência paterna, reverberando em ecos perigosos para o desenvolvimento infantil.

Stitch e Pequeno Príncipe são crianças de 6 anos, em famílias de classe média, e passaram pela separação dos pais em idades similares, retornando ao núcleo anterior (casa dos avós), que reverberou nos comportamentos que os levaram a busca pela análise por desejo das mães. Esses dois casos foram selecionados por apresentarem aspectos que aproximam as vivências das crianças, como idade, motivo da ausência paterna e a situação socioeconômica da família, permitindo que o recorte de uma realidade específica seja feito, visando analisar com mais precisão a manifestação das implicações da falta de figura paterna no contexto supracitado.

Nesta perspectiva, nota-se uma necessidade de compreensão desse assunto para o manejo clínico com o público infantil, uma vez que, como será apresentado no decorrer desse manuscrito, se o corte da simbiose proporcionado pela função paterna for adiado ou não realizado por completo em decorrência da ausência do pai, isso possibilitará efeitos negativos por toda a vida adulta do até então infante. Assim, pretende-se investigar as consequências

dessa falta no corte da simbiose para a díade mãe-bebê, assumindo como objetivo geral analisar as implicações da ausência da figura paterna nessa relação. Por conseguinte, foram traçados como objetivos específicos identificar as repercussões dessa ausência no exercício da maternagem e compreender os impactos dessa falta na formação do sujeito em desenvolvimento.

2 METODOLOGIA

O presente manuscrito, que tem como objetivo analisar as implicações da ausência de figura paterna na díade mãe-bebê, utilizou-se de vinhetas clínicas para ilustrar como tais implicações aparecem na clínica psicanalítica com crianças, fazendo assim uma costura entre a prática clínica e a literatura científica acerca da temática. A Psicanálise, diferente das demais teorias, possui uma forma própria de fazer ciência, pois faz, principalmente, com a intenção e levando em consideração um terceiro: o leitor. Isso se dá por três motivos: o fazer da análise sempre suscita a importância de um Outro, que não se faz presente fisicamente na clínica, mas está presente no inconsciente e no desejo do analisado; o objeto de estudo da psicanálise ser o inconsciente, o qual se faz presente entre brechas sutis; e, uma vez que para que ao ler um caso ou uma vinheta se faça uma reação no leitor, supervisor ou ouvinte, é necessário lhe dar um lugar e levá-lo em consideração, em especial, por ser esse terceiro um possível futuro pesquisador (Siqueira e Queiroz, 2014; Borba, 2024; Dumézil e Brémond, 2010).

Assim, “a cada pesquisa em Psicanálise, há uma construção de um método que implica em um percurso, decorrente de um olhar, que aponta o caminho a ser seguido.” (Borba, 2024, pág. 17). Por esse viés, o exposto neste manuscrito tem caráter de uma pesquisa descritiva e explicativa sobre a ausência do personagem paterno e suas consequências para as mães e as crianças, utilizando de uma revisão bibliográfica narrativa e recorrendo às vinhetas clínicas de dois casos que explicitam o tema.

A principal razão para a escolha de vinhetas clínicas no lugar de estudo de caso prolongado se dá semelhantemente ao mesmo motivo pela escolha de Lacan para justificar suas vinhetas em detrimento de casos: segundo Lacan (1983), mais do que apenas considerar os elementos históricos e narrativos, é essencial identificar a lógica e a sintaxe que organizam as relações. Dessa forma, pode-se fazer presente o ponto central que ajude a intervir mais

eficientemente, como também a relacionar com outros casos que podem auxiliar a compreender mais facilmente o que se está analisando no tratamento.

Neste viés, dois casos atendidos em uma clínica de psicologia particular foram selecionados, a fim de ilustrar por meio destes como as consequências da ausência de figura paterna se apresentam na clínica psicológica. Os critérios de inclusão para a escolha das vinhetas clínicas foram idade, configuração familiar e situação socioeconômica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

“O bebê, entretanto, nunca foi mãe. O bebê nem mesmo já foi bebê antes. Tudo é uma primeira experiência para ele. Não há referência” (Winnicott, 1968/2020, p. 111). A sutileza do desenvolvimento infantil é apontado por Winnicott (1966/2020) como um marco da sociedade, uma vez que O bebê, após se constituir como humano, também se constituirá enquanto adulto e ser social, mas no início seu mundo é ‘apenas’ a mãe, em suas palavras: “a mãe é o bebê e o bebê é a mãe e não há nada de místico nisso” (p. 20). Dessa forma, quando o sentimento de ruptura dessa conexão é vivenciado antes da hora ou tardiamente, pode causar implicações psíquicas graves e é aí que o pai deve entrar em cena.

A paternidade é vista por Corso e Corso (2016) como o exercício exaustivo de colocar-se em um lugar onde as grandes expectativas são necessárias mas quase sempre esbarram nos limites de cada sujeito, sendo necessário enfrentar o desafio que é situar-se nesse limiar. Nos casos selecionados ambos os pais vivem esses impasses, uma vez que quando comparados aos pais que tiveram demonstram-se demasiadamente presentes e pacientes com seus filhos, entretanto, quando considerado as necessidades das crianças, permanecem como faltosos.

Assim, a partir dessa perspectiva, foram escolhidos dois casos clínicos para ilustrar através de vinhetas clínicas essas nuances teóricas. Pensou-se em crianças cujo contexto social e financeiro se assemelha, uma vez que sendo elas de classe média o fator ausência paterna atravessado por questões socioeconômicas seria descartado. Outro ponto importante foi que a ausência do pai parece ter sido experienciada pelas díades antes mesmo da separação das famílias, motivo esse que levou ambas as crianças de faixa etária equivalente para a terapia, um sintoma em comum: a agressividade.

Pelo ponto de vista Winnicottiano, a agressividade é essencial para o ser humano, uma vez que ela colabora na defesa do indivíduo e na alteração do mundo ao seu redor, uma vez que

ele possa lidar com seu caráter destrutivo e a espontaneidade ligada a ela, o indivíduo pode se desvencilhar da simbiose materna e está em contato consigo mesmo como um indivíduo no mundo (Garcia, 2009). Contudo, quando a agressividade não consegue ser integrada de maneira saudável, o indivíduo tende a adoecer:

“Se a agressividade não for integrada — e isso será basicamente fruto das falhas ambientais —, o indivíduo irá com certeza adoecer: ou desenvolverá uma psicose, ou uma tendência antissocial, ou algum tipo de depressão, não podendo dessa maneira se responsabilizar pela sua destrutividade pessoal, nem transformá-la em contribuições para a sociedade.” (Garcia, 2009, p. 23-24)

Nos casos, a agressividade é demonstrada de duas formas: auto e hetero-lesiva, onde uma criança se machuca quando está perante um momento de estresse e angústia, e a outra tenta bater e direcionar a agressividade para a mãe e os objetos ao redor. Essa agressividade somada ao contexto das famílias e a visão da necessidade de psicoterapia das mães levou as crianças ao acompanhamento psicoterápico que segue por mais de um ano.

3.1 DESCRIÇÃO DOS CASOS

É dentro dos consultórios clínicos que a ciência se faz presente, seja na averiguação de dados ou na construção deles. Nessa perspectiva, após um percurso atendendo crianças e famílias foi possível perceber os efeitos da ausência da figura paterna mesmo quando há presença do pai na certidão de nascimento, suporte financeiro e até a presença física. Diante disso, para ilustrar e analisar as implicações da falta de figura paterna na díade mãe-bebê tomamos como norte dois casos que apesar de apresentarem consequências distintas para as crianças e seus pais, possuem uma estrutura semelhante.

Ambos os casos relatam crianças provenientes de casais jovens, por volta dos 30 anos, divorciados, as crianças têm a família e a casa materna como local fundamental de cuidado, sendo a mãe a principal cuidadora. Ambos os casos possuem a maior presença das avós maternas e contam com a sua ajuda para suportar a carga de deveres da criança, não acontecendo o mesmo do lado paterno. Os pais dos casos apresentam dificuldades em aceitar as sugestões clínicas, mas persistem na cobrança de que a psicoterapia “resolva” a sintomatologia das crianças.

Ademais, outro ponto semelhante se dá pela divisão de dias na partilha de cuidados: os pais dividem os fins de semana a cada 15 dias, ocasionalmente havendo um acréscimo do lado

paterno durante a semana, mas não passando de um dia e voltando a rotina de sobrecarga materna em seguida. A partir desse contexto, as crianças parecem se estruturar em condutas diferentes, embora tenham a agressividade e a birra como sintomas em comum para expressarem sua angústia diante de suas famílias e do próprio processo de crescimento.

A escolha dos nomes para os casos se deu por meio de correlações entre histórias infantis e os casos descritos, de forma que os nomes demonstram o significado de cada um. Escolhemos Stitch por conta da identificação da criança com o personagem do filme Lilo & Stitch (2002), bem como pelas características presentes na história que combinam com o caso: presenças femininas fortes e demarcadas como principais cuidadoras, a ausência de figuras paternas de boas referências e às birras intensas e extremamente “destrutivas” tanto do Stitch, como do caso em questão.

A escolha do nome Pequeno Príncipe tem como origem a história francesa “O Pequeno Príncipe” escrita por Antoine de Saint-Exupéry em 1943. Nela o autor narra a história de um príncipe que viaja entre mundos e conhece vários adultos que são imaturos demais para cuidar de seus planetas, por vezes focados apenas em suas próprias obsessões, esse ciclo é interrompido ao conhecer uma raposa que parece entendê-lo e possui a capacidade cativá-lo.

O caso Stitch, 6 anos, tem comportamentos intensos de birra, desobediência e violência na presença da mãe, em contrapartida apresenta inibição e dificuldade em expressar sentimentos com o pai. A criança foi bastante desejada e planejada por um casal com mais de 10 anos de relacionamento, a única de ambos os pais, cuidada nos primeiros anos de vida exclusivamente pela mãe, havendo dificuldade na criação de limites e regras, uma vez que o pai não assumia o papel de estabelecer os limites da criação. Após o divórcio do casal, o pai percebeu as suas faltas, contudo não trata as raízes de seus erros e terceiriza esse trabalho para a rede de apoio sempre que possível, muitas vezes exigindo que a psicoterapia, as atividades extracurriculares e a mãe da criança resolvam os comportamentos que tem como queixa, ainda que admita que muitos deles se assemelhem aos que ele próprio possuía na infância e possui enquanto adulto.

No caso Pequeno Príncipe, 6 anos, percebemos comportamentos de autodepreciação, automutilação (se morde com força quando nervoso) e de mudanças súbitas de humor quando contrariado ou em momentos inesperados, geralmente assustando todos os presentes. Não foi planejado, mas muito desejado, teve sua gestação e os primeiros anos de vida na pandemia, com a mãe sendo sua principal cuidadora. É visto como uma criança à frente da sua idade, extremamente madura, contudo, com muito receio em crescer, demonstrando vontade de se

infantilizar, mesmo que não sustente essa infantilização por muito tempo. Os momentos de birra são mais presentes com o pai do que com a mãe, ainda que este fique prioritariamente com a parte do lazer, enquanto os momentos de organização do cotidiano são integralmente da mãe.

3.2 IMPACTOS DA AUSÊNCIA DE FIGURA PATERNA NA FORMAÇÃO DO SUJEITO

“O papel do pai na Sociedade tem se transformado, sobretudo, nas últimas décadas. De fato, a “condição” de Pai evoluiu e continua em franco processo de evolução, devido às transformações culturais, sociais e familiares, passando pela fase em que os filhos eram propriedades do pai (com as mães quase sem direitos), e pela fase em que o pai era apenas o suporte financeiro da família.” (Benzick, 2011, p. 68)

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho e a ampliação de seus direitos, a maternidade foi postergada em prol dos desejos para além da criação dos filhos e cuidados do lar, fazendo assim que ela também fosse responsável pelo suporte financeiro da família. Assim, o papel do pai teve que ser modificado, uma vez que não seria mais necessário toda a carga financeira ser dele, nem seus filhos eram mais suas propriedades, então, qual seria a importância do pai?

Nesse sentido, ao pensarmos no processo de formação do indivíduo, na construção de sua autonomia e em seu caminhar no processo de tornar-se sujeito, às figuras materna e paterna desempenhadas por seus principais cuidadores são primordiais. Para a teoria psicanalítica, o pai é a autoridade que se apresenta perante a relação da mãe com o filho, sendo responsável por mediar o desejo existente na díade de permanecer em simbiose.

Segundo Palmeira e Scorsolini-Comin (2018) sobre o reconhecimento tardio de parentalidade e suas consequências, foi apresentado que a maioria dos participantes evocava as mães quando questionados sobre os papéis parentais, fortemente evidenciando a importância da mãe na participação da sua criação. Alguns participantes salientando que a mãe era a única referência em ambos os papéis e resolvia todas as questões. Os autores salientam também que, mesmo quando o pai adota uma postura mais participativa na vida dos filhos, as crenças e os valores enraizados no imaginário social não se modificam de forma imediata (Palmeira e Scorsolini-Comin, 2018 *apud* Staudt & Wagner, 2008)

Correlacionando com os casos do presente manuscrito, é demasiado simbólico o fato do Stitch, um alienígena altamente destrutivo, não ter uma relação próxima com o seu criador, mas

sim com a personagem materna do filme, a Nani. Concomitantemente, o Pequeno Príncipe precisar recorrer a uma raposa como “guia” na jornada dele, cujo papel varia entre, por vezes, castrar o pequeno príncipe dando-lhe argumentos que são importantes e acolhê-lo em outros pontos da história.

Diferente dos filmes animados, no nosso caso real, Stitch tenta destruir a Nani, no caso a própria mãe, com suas birras sem haver nada de cômico, pois é realizado em meio a chutes, arranhões, objetos e insultos lançados, não havendo um “David”, o namorado da Nani no filme, para ajudá-la com o Stitch e apoiá-la quando sobrecarregada; e o Pequeno Príncipe da realidade não possui uma raposa que lhe castre carinhosamente, uma vez que o pai assume uma postura de terceirizar cuidados e a imposição de limites essenciais ao indivíduo em desenvolvimento. Por vezes, esse pai do nosso príncipe responsabiliza terceiros pelos comportamentos irritados, além de apresentar dificuldades em aceitar e seguir as orientações clínicas pertinentes ao caso, como citado anteriormente.

Corso e Corso (2016) refletem que para além do nome, o filho também necessita que o pai lhe ofereça um lugar no mundo, bem como o conhecimento necessário para ocupá-lo e a segurança de se sentir capaz disso, recado esse que não parece ser dado para nossos casos, a exemplo da falta de um quarto na casa de ambos os pais. A ausência desse espaço pode ser interpretada facilmente como a falta de um olhar para a subjetividade dessa criança, fragilizando a ideia de que ela teria um espaço voltado para o seu acolhimento e crescimento.

A participação de um pai na vida do filho, quando efetiva, possibilita o desenvolvimento da autonomia, autoestima, segurança e estabilidade emocional (Damiani e Colossi, 2015). Principalmente, por volta da metade do terceiro ano de vida, a criança desenvolve um sentimento de confiança e segurança em relação a si mesma e às pessoas ao seu redor, uma vez que, levando em consideração a teoria de apego de Bowlby (1989), quanto mais segura a criança for em relação aos seus pais e seu entorno, mais ela pode se sentir preparada para lidar com as questões da vida. Essa segurança não parece ter chegado para as crianças dos nossos casos, uma vez que uma precisou se adultificar para tentar suportar a angústia da falta paterna e a outra tenta destruir a mãe como forma de destruir a própria dor.

Para Eizirik e Bergmann (2004 *apud* Damiani e Colossi, 2015), a ausência paterna gera repercussões no desenvolvimento da criança, a nível cognitivo e emocional. Estes se apresentam ainda em idade pré-escolar, seguindo ao longo de toda a infância e adolescência, respingando na vida adulta. Isso ocorre, pois segundo Corso (2016) o pai também faz parte da

estruturação do sujeito em desenvolvimento. Logo sua falta, repercute em excessos para a mãe que já desempenha atividades por vezes complexas.

Nos nossos casos, ambas as crianças tiveram essa falta na primeira infância e foram ter maiores relações com os próprios pais já na idade de 2 a 3 anos, até então as principais responsáveis sendo as mães. Assim, quando os pais entraram em cena, após a separação das famílias e por meio da obrigação de assumirem seus papéis, agora, como pais divorciados, foram quase como “personagens externos” que se tornaram as figuras paternas. Desse modo, as crianças confiam neles e se mostram vulneráveis em sua presença, mas voltam a recorrer às mães para uma maior autorregulação e acolhimento, chegando a não quererem ir para as casas paternas nos dias que deveriam ir e se inibindo na frente deles, apresentando comportamentos de regressão e de retraimento de emoções, promovendo estresse para essas crianças.

Gomes e Resende (2004), apoiando-se em Corneau (1991) e na leitura lacaniana, ressaltam que o pai representa o primeiro “outro” encontrado pela criança fora do ventre materno. Embora, inicialmente, seja indistinto para o recém-nascido, é ao interditar o desejo incestuoso do bebê de desejar a mãe que sua figura passa a se diferenciar, possibilitando o surgimento da interioridade do filho e desfazendo a fusão entre eu e não eu. Nesse sentido, “o pai encarna inicialmente a não mãe e dá forma a tudo que não seja ela” (Corneau, 1991, p. 27, *apud* Gomes; Resende, 2004).

Para corroborar esse exemplo, temos o pai da nossa Stitch que não consegue lidar com suas birras e a própria não sente que ele suportaria ser “destruído” por ela, repassando todas as birras e angústias que sente na presença do pai nos dias que fica com ele para a mãe quando retorna a casa materna. Neste viés, a criança chegou a manifestar dois episódios de birra por dia, onde são em média quase 1 hora de choro e gritos intensos, piorando quando retorna da casa do pai. Assim, ela não se sente segura na presença paterna, que deveria também ser um lugar de acolhimento para um crescimento mais saudável.

Já o pai do nosso Pequeno Príncipe, possui mais paciência para lidar com os choros dele, contudo, não se esforça para tornar a casa como um local que seja dele também, uma vez que não investe em brinquedos, roupas ou em um espaço próprio para ele.

Sobre esse papel paterno, Pombo (2018) cita Lebrun (1997/2011), para evidenciar que esse local de terceiro, de castração e de autoridade precisa de uma validação social:

“O autor retoma a ideia lacaniana de que para o pai exercer sua função de terceiro, de limite, é preciso que a mãe o reconheça enquanto tal e acrescenta a essa exigência uma

outra, em sua opinião fundamental e que justifica a análise que faz ao longo do livro: é necessário que essa função do pai seja ratificada pelo social, que haja no social um lugar para o pai. Em outras palavras, o social deve confirmar, validar o que é sustentado na esfera privada, isto é, o lugar de intervenção do pai junto à criança e à mãe.” (Pombo, 2018, p. 458)

Dessa forma, com a dificuldade das famílias maternas de aceitarem a posição dos pais como verdadeiras autoridades e limites perante as crianças e seus comportamentos, uma vez que não participam ativamente do cotidiano das crianças e não se fazem presentes. Assim, nossos casos se veem com dificuldade em lidar com as regras impostas pelas mães de forma saudável, pois “só reconhecem a elas” e discordam com o outro “não-mãe”. Por conseguinte, entram em um ciclo exaustivo para todos os presentes: desejam um limite, não aceitam os limites impostos pelas mães, que exercem o papel de castração de pais que não estão presentes, e os pais não reivindicam seu papel de volta, nem promovem o acolhimento que poderiam, fazendo com que as crianças se voltem para as mães novamente.

E, então, se faz a pergunta que é o ponto central deste trabalho: porquê? Por que estes pais não acatam as sugestões clínicas para melhorar os sintomas dos filhos e assim também melhorar a própria vida? Em que momento, eles tropeçam em seus próprios sintomas e se recusam a cuidar dos sintomas dos filhos que dizem amar? A resposta é simples na mesma medida em que é complexa: eles se perdem nas próprias crianças que um dia foram.

Nas palavras de Corso (2016 p. 146) “ Ao tornar-se pai, um homem fica mais desamparado, pois vai ter que dar-se conta que a envergadura de um pai é tão limitada quanto a dele próprio.” Assim, na dor de suas crianças interiores, também há a manutenção do limite para não ultrapassar o que foi estabelecido pelos próprios pais, para não serem melhores que eles e “traí-los”. Essa traição se dá por conta que a criança só se desenvolve na margem dada pelos pais, se os pais não evoluem para aumentar a margem para a criança, ela terá que escolher entre continuar a evoluir e, assim, traí-los em sua posição de infantilização ou permanecer fiel a eles e não evoluir mais.

Dessa forma, Vieira e Rava (2012) destacam que:

“a lealdade em algumas famílias pode ser observada por meio dos sentimentos exacerbados dos filhos adultos jovens para com a família de origem, e, dessa forma, os filhos podem permanecer em casa por mais tempo, para que, assim, possam cumprir as expectativas de seus pais quanto ao seu futuro.” (Vieira e Rava, 2012, p. 86)

Nos nossos casos, os pais estão constantemente no limite dessa decisão entre crescer pelo bem dos próprios filhos e permanecer infantis pela lealdade aos próprios pais, acabando por juntar um pouco das duas escolhas: são um pouco melhores que os pais que tiveram, mas não tão melhores quanto poderiam ser. Assim, “são pais maravilhosos” aos olhos da sociedade, mas deixam a desejar na paternidade que exercem com os próprios filhos, como mostrado pela dificuldade em lidar com as birras da Stitch, na falta de compromisso em fazer mudanças para acomodar o Pequeno Príncipe e na terceirização desse cuidado, seja para avós, seja para as psicólogas, seja para as mães.

Dessa forma, não somente eles se veem angustiados com a possibilidade de serem responsáveis por uma carga que não pode ser repassada para um terceiro, uma vez que a paternidade é eterna, mas também se veem incapazes de assumir totalmente essa responsabilidade. Dessa forma, recorrem a quem sempre recorreram no desenvolver de suas vidas: as mães. E é esse ponto que será tratado no próximo subtópico.

3.3 REPERCUSSÕES DA AUSÊNCIA PATERNA NA FIGURA MATERNA

Os desdobramentos da ausência de figura paterna não se restringem ao bebê, sendo a mãe afetada também por ela. Historicamente, a função de cuidar dos filhos esteve restrita às mulheres, sendo elas vistas como essa figura de cuidado. Foi no século XVIII que a maternidade, por questões econômicas que visavam a redução da mortalidade infantil tão presente e brutal até a idade média, passou a ser valorizada (Damasceno, 2011 *apud* Bezerra, Paula e Alves, 2018). Em uma tentativa de reduzir os danos causados pelas altas taxas de mortalidade e a mão de obra da época, a ideia do amor materno foi difundida, atribuindo a maternidade um valor social, as mulheres foram incentivadas a assumirem os cuidados com os filhos, uma vez que a maternidade estava atrelada a promessas de felicidade e a garantia de direitos como a cidadania para aquelas que assumissem seu papel (Moura e Araújo, 2004 *apud* Bezerra, Paula e Alves, 2018).

A partir disso, seguiram-se séculos da maternidade sendo compreendida como natural e essencial para a felicidade e completude feminina. Apesar das mudanças históricas e sociais vivenciadas no último século, que possibilitaram a inserção das mulheres no mercado de trabalho e novos formatos de família, a mulher ainda é vista como a principal responsável pelos cuidados com os filhos. Staudt e Wagner (2008) apontam que a participação da mulher na esfera

pública não é proporcional à do homem na vida privada, uma vez que os homens não têm a função de cuidador reforçada socialmente por aspectos biológicos como a gravidez e a amamentação. Nesse sentido, ainda é comum que muitos homens encarem a função de pai como atrelada somente ao apoio financeiro e o que extrapola esse aspecto não é visto como um dever, mas sim como uma “ajuda” que pode ser disponibilizada ou não.

De acordo com Pereira (2003 *apud* Cúnico e Arpini, 2014), a função fundamental e estruturadora do pai está passando por um processo de transição complexo, caracterizado por desafios de compreensão. Nesse cenário, nota-se a existência de pais que não aceitam ou não admitam para si mesmos o direito e a responsabilidade de se envolverem ativamente na vida dos filhos. Isso se manifesta em várias circunstâncias: pais que restringem a convivência aos finais de semana, que permanecem distantes emocionalmente apesar de viverem com os filhos, que se negam a pagar a pensão alimentícia ou que não reconhecem legalmente a paternidade, recusando-se a incluir o sobrenome no registro de nascimento.

Os pais dos nossos casos são, evidentemente, “pais de fins de semana”, principalmente, o do nosso Pequeno Príncipe, que só o vê a cada 15 dias e uma vez no meio da semana, mas que exige que ele durma em sua casa da mesma forma que dorme na casa materna, desconsiderando a organização do ambiente na casa materna e na relação que ele tem de adultizar para lidar com o pai. Então, perante tantas características inibitórias e tensões de posicionamentos não ditos, mas sentidas pela criança, é evidente a dificuldade em relaxar por completo para um bom sono. Sendo necessário que o pai leve o filho de volta para a casa da mãe para dormir e buscá-lo no dia seguinte do fim de semana, encontrando mais resistência por parte da criança.

Mesmo que o da Stitch a veja com mais frequência e se faça presente na semana, ainda sim não assume um envolvimento emocional com a filha, geralmente, procurando driblar os comportamentos socialmente não aceitos em público e reclamando de comportamentos inibidos, como a vergonha, a timidez e o mutismo, quando está com ele. Geralmente, ele atribui esse comportamento culpabilizando a mãe e a criança, pouco se colocando no local de responsável e de pai acolhedor nesses momentos.

Simultaneamente, estudos indicam que a manutenção do vínculo parental após a separação está intimamente ligada à qualidade da relação entre os ex-parceiros. Pais que têm problemas para manter a comunicação ou o diálogo com a ex-companheira geralmente acabam se distanciando dos filhos dessa relação (Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro, 2004; Fonseca,

2005, *apud* Cúnico e Arpini, 2014). Nesse contexto, Grzybowski e Wagner (2010, *apud* Cúnico e Arpini, 2014) indicam que o envolvimento dos pais está diretamente relacionado ao envolvimento conjugal, de forma que não se pode manter a relação entre pais e filhos sem também investir na resolução e na mudança da relação entre os ex-cônjuges. Dessa forma, nota-se que, em várias situações, o exercício da paternidade ainda depende da relação conjugal e do desejo maternal. Dessa forma, nota-se que, em várias situações, o exercício da paternidade ainda depende da relação conjugal e do desejo materno. Uma vez rompido o vínculo, a função paterna pode ser enfraquecida ou até mesmo cessada, a menos que a mãe tenha o interesse de garantir sua continuidade (Giongo, 2005, *apud* Cúnico e Arpini, 2014).

Cúnico e Arpini (2014) ainda relataram em sua pesquisa onde os próprios pais entrevistadas possuem ideias “de si mesmos como pais e a forma com que se referem à paternidade desempenhada pelos próprios pais merece destaque, já que foi possível perceber semelhanças na forma como a paternidade foi vivenciada” (p. 234-5). Esses pais, e os dos casos deste manuscrito, veem em seus filhos, ao mesmo tempo, uma oportunidade e uma ameaça. Uma oportunidade de fazerem diferente de seus próprios pais, uma vez que em comparação a eles, os pais das crianças são excepcionalmente melhores e uma ameaça quando os fazem questionar sobre a paternidade que eles mesmos receberam.

Essa comparação se estabelece não somente pelo posicionamento das mães em relação às crianças e o constante cuidar no cotidiano, ausente do apoio paterno, mas também de caráter social, psicológico e financeiro. Segundo Rodrigues e Machado (2024), a transmissão psíquica geracional é muitas vezes atravessada por vivências de desamparo e adversidades, o que abre espaço para sentimentos de incompletude compartilhados no âmbito familiar. No caso de mulheres heterossexuais cisgênero, a ausência de um parceiro na criação pode acentuar diversas vulnerabilidades, sejam elas socioeconômicas, mentais ou relacionais (Moreiras, 2021; Watari, 2021 *apud* Rodrigues e Machado, 2024).

“Nessas circunstâncias, emergem sentimentos de solidão e de sobrecarga, frequentemente verbalizados por expressões como: “muita coisa para uma pessoa só” ou “tenho que ser ao mesmo tempo as duas coisas”, revelando a exaustão da força feminina, conforme apontam Lima e Féres-Carneiro (2018, p. 17)”. (Lima e Féres-Carneiro, 2018, p. 17, *apud* Rodrigues e Machado, 2024)

Nos nossos casos, a mãe do Pequeno Príncipe arca com grande parte das despesas emocionais e sociais sozinha, uma vez que o pai dele não se faz presente e tem outro filho como

preocupação, o Pequeno Príncipe fica a semana com a mãe e um final de semana com o pai. Todas as responsabilidades escolares, por exemplo, são repassadas e mantidas com a mãe, mesmo quando a tarefa de casa vai na mala para o fim de semana na casa paterna, voltando não feita e sendo exigida que ela seja feita com a mãe. Dessa forma, a mãe se vê na demanda de explicar para as professoras que a tarefa não foi realizada pelo fato da criança está no pai e ele não ter feito, havendo um momento de constrangimento para todos.

Além disso, os autores ainda ressaltam que “no caso da filiação monoparental, a mãe solo pode se colocar em uma posição parental onipotente a fim sentir-se obrigada a amparar todas as necessidades do filho, tornando-se dois” (Rodrigues e Machado, 2024, p. 218). Essa pressão em sanar todas as necessidades do filho, somada às pressões sociais de corresponder ao papel de mulher na sociedade, bem como suportar financeiramente um estilo de vida necessário e confortável para si e para a própria criança reforçam o cansaço da mulher moderna.

Isso vem de uma raiz sócio-histórica tanto pela multiplicidade da mulher, como falado anteriormente, mas também da construção da naturalização de uma sobrecarga da mesma, seja pela dificuldade no rompimento da simbiose materna, seja pela fragilização do papel paterno na contemporaneidade (Araos, 2018; Oliveria, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, a ausência paterna se mostrou como um fator que tanto inibe como ressalta comportamentos nas crianças, uma vez que elas exigem da mãe uma posição de pai a fim de poderem se desenvolver. A consequência dessa sobrecarga materna atinge tanto as mães dos artigos citados como dos casos de forma física, social e emocional, quanto as crianças que ou precisam cuidar desses pais infantilizados (como o nosso Pequeno Príncipe), ou não se sentem capazes de serem elas mesmas na presença deles (como a nossa Stitch).

A partir desse viés, verificou-se que as crianças que corroboram as vinhetas deste trabalho expressam a falta paterna por meio de sintomas distintos: birras destrutivas e violência, no caso da Stitch, e automutilação e oscilação de humor, no caso do Pequeno Príncipe, mas que convergem na dificuldade de elaboração de limites internos e na necessidade de adultificação precoce ou regressão.

Além disso, constatou-se que a função paterna, quando fragilizada ou terceirizada, compromete o processo de subjetivação da criança e transfere para a mãe o peso de exercer

simultaneamente papéis de cuidado, autoridade e contenção. Esse deslocamento reforça o ciclo de sobrecarga feminina, historicamente construído e socialmente sustentado, bem como limita a possibilidade de os pais se constituírem como referências efetivas de autoridade e acolhimento.

Do ponto de vista acadêmico e social, a pesquisa contribui ao evidenciar como os padrões de ausência paterna e sobrecarga materna se reproduzem em diferentes configurações familiares, mesmo diante de transformações culturais e jurídicas. Indica-se a necessidade de aprofundar estudos que articulem a clínica com discussões socioculturais mais amplas sobre parentalidade, especialmente em contextos de separação conjugal.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o recorte restrito a dois casos clínicos, o que não permite generalizações, mas aponta pistas relevantes para futuras investigações. Recomenda-se ampliar pesquisas empíricas que explorem as repercussões da ausência paterna em diferentes contextos sociais, econômicos e culturais, bem como a análise das estratégias maternas e das redes de apoio diante dessa ausência.

Em síntese, reafirma-se que a ausência paterna não se limita à falta de presença física, mas diz respeito a não aceitação da função simbólica e afetiva do pai, repercutindo de modo profundo no desenvolvimento infantil e na saúde psíquica das mães.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Jhonatan Henrique Carmo de; TAVARES, Jhony Minueza; PLEUL, Leticia Zanatti; PINTO JÚNIOR, Sérgio Bezerra. A PRESENÇA DA FIGURA PATERNA NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DA CRIANÇA: UM OLHAR PSICANALÍTICO. **AKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 157–176, 2025. DOI: 10.25110/akropolis.v32i2.2024-11172. Disponível em: <https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/akropolis/article/view/11172>. Acesso em: 17 jul. 2025.

ARAOS, Francisco. Navegando en aguas abiertas: tensiones y agentes en la conservación marina en la Patagonia chilena. **Revista de Estudios Sociales**, [S. l.], v. 1, n. 64, p. 27–41, 2018. DOI: 10.7440/res64.2018.03. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/res/article/view/6058>. Acesso em: 19 aug. 2025.

BARROS, Willian ; ARCOVERDE, Léo . Brasil registrou mais de 100 mil crianças sem nome do pai só neste ano; são quase 500 por dia. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/08/13/brasil-registrou-mais-de-100-mil-criancas-sem-o-nome-do-pai-so-neste-ano-sao-quase-500-por-dia.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 jul. 2025.

BEZERRA, J.K.T; PAULA, S. M. SOBRECARGA MATERNA E O SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL. **Doctum.edu.br**, 2023.

BORBA, Maria do Carmo Costa. Era como se eu estivesse caindo para trás na direção de minha mãe, da minha avó: transmissão psíquica na constituição da feminilidade. 2024.

BOWLBY, Edward John Mostyn. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. **A psicanálise na terra do nunca: ensaios sobre a fantasia**. Porto Alegre: Artmed, 2016. 327 p. Reimpressão de obra originalmente publicada em 2011 pela Editora Penso.

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M.. Não basta gerar, tem que participar?: um estudo sobre a ausência paterna. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 1, p. 226–241, jan. 2014.

DAMIANI, Camila Ceron; COLOSSI, Patrícia Manozzo. A ausência física e afetiva do pai na percepção dos filhos adultos. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 19, n. 2, p. 86-101, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 jul. 2025.

DUMÉZIL, C., & BRÉMOND, B. **L'invention du psychanalyste: Le trait du cas.** Toulouse: Érès, 2010.

GARCIA, Roseana Moraes. A agressividade na psicanálise winnicottiana. 2009. 201 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

GOMES, A. J. da S.; RESENDE, V. da R. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 119–125, maio 2004.

LACAN, Jaques. **O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

LIMA, S. J. P., & FÉRES-CARNEIRO, T. **Subjetividade e construção do vínculo em famílias monoparentais** [Tese de Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=41296@1>

MOREIAS, L. Pisando firme nesse solo. In BARACAT, A. BASTOS, D. BATISTA, G. MOREIAS, L. TIBONI, M. CAMARDELLI, M. (Orgs.), **Maternidades no plural: retratos de diferentes formas de maternar** (pp. 83-150). Fontanar, 2021.

OLIVEIRA, M. A. et al. Papel paterno nas relações familiares: revisão integrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37689/actape/2022AO0306345>.

PALMEIRA, H. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. Reconhecimento tardio de paternidade e suas repercussões no desenvolvimento dos filhos. **Vínculo – Revista do NESME**, v. 15, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/75d323ad165443c59fb-33bc>. Acesso em: 18 ago. 2025.

POMBO, Mariana. Crise do patriarcado e função paterna: um debate atual na psicanálise. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 447-470, 2018. DOI: <https://doi.org/10.590/1980-5438300320180447>

PRASER, Anna Luisa. No Brasil, 11 milhões de mulheres criam sozinhas os filhos: Abandono afetivo pode trazer consequências para a vida adulta. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/no-brasil-11-milhoes-de-mulheres-criam-sozinhas-os-filhos>. Acesso em: 30 ago. 2025.

RODRIGUES, Naytiara da Silva de Almeida; e MACHADO, Rebeca Nonato. FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS: REPERCUSSÕES DO ABANDONO PATERNO E TRANSMISSÕES DE REPRESENTAÇÕES MATERNA AOS FILHOS . **Mosaico: Estudos em Psicologia**, Belo Horizonte, Brasil, v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/49419>. Acesso em: 19 ago. 2025.

SILVA, Caio Monteiro; NEVES, Beatriz Sernache de Castro. Modificações na Família Contemporânea: revisão do que é dito sobre família entre 2010 e 2019. **Revista Gestão &**

Políticas Públicas, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 1, p. 94–114, 2023. DOI: 10.11606/rb6bka30. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rgpp/article/view/207689>. Acesso em: 31 ago. 2025.

SIQUEIRA, Elizabete Regina Almeida de; QUEIROZ, Edilene Freire de. O singular do caso clínico: uma proposta metodológica em psicanálise. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 3, p. 104-114, 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 jul. 2025.

STAUDT, A. C. P.; WAGNER, A. Paternidade em tempos de mudança. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 10, n. 1, p. 174-185, 2008.

VIEIRA, Sari; RAVA, Ana Caroline Grazziotin Silveira. Ninho cheio: perspectivas de pais e filhos. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 84-96, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193823753007>. Acesso em: 19 de Agosto de 2025.

WATARI, Fernanda Lye. **Maternidade monoparental eletiva**: a construção de projetos de filiação por meio de tecnologias reprodutivas. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/D.5.2021.tde-30082021-113111. Acesso em: 2025-08-28.

WINNICOTT, Donald Woods. **Bebês e suas mães**. Ubu Editora, 2020.

WINNICOTT, Donald Woods. **Tudo começa em casa**. Ubu Editora, 2021.